



**X COLÓQUIO  
INTERNACIONAL**  
"Educação e Contemporaneidade"  
22 a 24 de Setembro de 2016  
São Cristóvão/SE - Brasil



ISSN: 1982-3657

## **PROJETO TCE VAI À ESCOLA: PROPEDÊUTICA E EXPERIÊNCIA VOLTADAS A UMA CULTURA DEMOCRÁTICA E CIDADÃ**

PATRÍCIA VERÔNICA NUNES CARVALHO SOBRAL DE SOUZA

YAN WAGNER CÁPUA DA SILVA CHARLOT

EIXO: 9. EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS. EDUCAÇÃO PARA A PAZ.

### **RESUMO**

Este artigo sobre o tema: "Projeto *TCE vai à escola*: propedêutica e experiência voltadas a uma cultura democrática e cidadã" tem o objetivo de elaborar uma reflexão acerca da influência no comportamento dos alunos contemplados pela ação do referido projeto no que concerne ao funcionamento do sistema de controle das Cortes de Contas /TCE-SE e o fortalecimento da cidadania através da transmissão de conhecimentos de ética geral, moral e cívica e preceitos constitucionais. As conclusões do estudo se reportam à validade da ação propedêutica desenvolvida pelo Projeto *TCE Vai à Escola*, que pretende democratizar e construir conhecimentos sobre a atuação do cidadão no controle social entre os alunos da rede pública de ensino estadual no Estado de Sergipe.

**Palavras-chave:** Controle social. Experiência. Propedêutica.

### **ABSTRACT**

This article on the topic Propaedeutic and experience: influences on the performance of the Project *TCE vai à escola* aims to develop a reflection on the influences on the performance of the teaching and learning of students awarded by the action of this project regarding the operation of the controller system accounts / TCE. The theoretical foundation comprises a subject that involves the philosophical concept of imagination proposed by Bachelard and also notions of the functioning of account system treated by Serra and Carneiro (2011). The findings relate to the validity of the workup action developed by the Project *TCE vai à escola* has democratized and built knowledge on

the subject of government spending among public school students statewide education in the State of Sergipe. **Keywords:** Control accounts. Experience. Propaedeutic.

**INTRODUÇÃO** Tomando como ponto inicial para este artigo, avoca-se, providencialmente, a questão proposta por Proz (2013) em seu trabalho de pós-graduação de professorado: “*El curso propedéutico: ¿puede influir en el rendimiento académico en el profesorado de inglés*”. A pesquisadora da Universidad de Rosario buscou responder ao questionamento que a intrigava acerca do ensino de um idioma estrangeiro. Na presente reflexão, parafraseia-se a pergunta em pauta, colocando-a da seguinte forma: A propedêutica pode influir no pensamento dos alunos contemplados pelo Projeto TCE vai à escola?

Ampliando o campo da questão, pergunta-se sobre a contribuição da formação de cidadãos conscientes quanto ao seu papel na sociedade, no caso específico, para a solidificação e construção de uma cidadania responsável, alertando o alunato sobre os direitos e deveres fundamentais contidos na Constituição Federal de 1988 que concerne ao sistema de controle exercido pelos tribunais de contas. A Escola de Contas Pública do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe foi criada através da Resolução TC-220, de 19 de dezembro de 2002. Em 12 de agosto de 2004, por meio da Resolução TC-227, foi denominada Escola de Contas Conselheiro José Amado Nascimento – ECOJAN. A importância da ECOJAN reside na sua ação de capacitar os servidores do TCE/SE e os das unidades jurisdicionadas, ampliando o leque de cursos específicos para a área fim (preventiva e fiscalizatória). Tem como instrutores o seu corpo técnico de servidores ou através da realização de intercâmbio com outros Tribunais de Contas do Brasil para este mister. A referida escola de contas disponibiliza gratuitamente a realização de cursos para os servidores dos órgãos jurisdicionados, em áreas relacionadas à gestão pública, como orçamento público, patrimônio, almoxarifado, licitações e contratos, diversas legislações específicas e etc. O projeto *TCE Vai à Escola*, inicialmente, teve como objetivo promover a política de aproximação da Corte de Contas com a sociedade. O projeto “TCE vai à Escola” contribui para que crianças e jovens sergipanos recebam informações e constrói conhecimentos relativos à administração pública, à origem e destinação dos recursos públicos, e aos fazeres do controle externo “através de palestras proferidas pelos servidores do TCE-SE, sensibilizando os alunos para a formação de uma cidadania responsável” (TRIBUNAL DE CONTAS, 2014, p. 05-12). A propedêutica tomada como possibilidade de influir no pensamento dos alunos contemplados pelo Projeto *TCE Vai à Escola* com o objetivo de promover, ainda mais claramente, a política de aproximação da Corte de Contas com a sociedade encaminhou a reflexão inicial deste artigo aos estudos nos quais Bachelard se pronunciou sobre o trabalho propedêutico de Robert Desoille e sondou o funcionamento da dinâmica da imaginação e da vontade humana para considerar que o indivíduo que sabe querer também sabe imaginar: “A vontade é uma força, um poder que tudo comanda, desenvolvendo-se de acordo com o objeto ou o

mundo circundante". (FERREIRA, 2013, p. 201). Nessa intersecção, Bachelard introduz o pensamento de Nietzsche acerca do psiquismo ascensional, uma espécie de atitude de voo infindo, de um estar acima, nas alturas; de devanear e criar mundos de devaneios, da intimidade e da filosofia da ação através da imaginação dinâmica e imaterial, do ar, que o filósofo apontou como o elemento substancial da nossa liberdade, como se encontra explícito nos estudos de Bachelard "o exame do papel da imaginação na vida humana dá-se no horizonte de uma ontologia e mostra laços estreitos com uma ética que visa a promoção do ser, a sublimação feliz". O mundo psíquico é o da imaginação e todos os sujeitos imaginam de alguma forma como funcionam as engrenagens sociais, as esferas do Poder. Essa imaginação buscará o concreto, isto é, evoluirá para a busca da constatação do que é imaginado. O estudante que participa de um projeto como *O TCE Vai à Escola* tem uma vertente na qual poderá migrar do mundo puramente imaginário sobre contas públicas e passar a compreender como se dá, no concreto, a aplicação efetiva do erário. Saber sobre como se gasta ou como se emprega o erário é algo que precisa fazer parte da existência de cada cidadão, mas o ensino por vezes se encaminha por espaços periféricos e insignificantes, atribuindo-lhes valor enquanto que, por outro lado, "o que mais se despreza em nossas escolas é justamente o que se torna mais necessário na vida." (Spencer, 1884, p. 42). O filósofo Locke (1988) funda a concepção da origem empírica clássica de todos os conhecimentos, originadas do mundo externo e apreendidas pelas sensações, ou do mundo subjetivo, alcançadas pela reflexão. Sensação e reflexão são responsáveis diretos pela obtenção do conhecimento. "A mente realiza outros progressos na direção do conhecimento através da faculdade que denominamos retenção, ou manutenção, das ideias simples recebidas da sensação ou da reflexão." A propedêutica, vista pela lente filosófica é conceituada como:

Propedêutica (do gr. propaideuein) Estudo introdutório ou preparatório que serve de iniciação a uma ciência. Ciência cujo estudo serve de preparação ou introdução a outra. Ex.: a lógica como propedêutica à teoria do conhecimento: "a lógica como propedêutica constitui um tipo de vestibulo para as ciências" (Kant, Crítica da razão pura). Tratado científico de caráter introdutório e geral. Ex.: a Propedêutica filosófica de Hegel (1809-1816) (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2001, p. 157).

O que a propedêutica visa, neste estudo, especificamente, é projetar e direcionar comportamentos em outras pessoas. Ou seja, especificamente o Projeto *TCE Vai à Escola* pretende obter o auxílio da sociedade para que o controle externo seja mais eficaz, pois o Tribunal de Contas trabalha com papéis, documentos e processos, via amostragem, e, desta forma, corre-se o risco dessa documentação não abarcar a totalidade das ações Estatais,

levando, assim, a ação do Tribunal à ineficácia, eis que a comunidade sabe o que ocorre em sua rua, em seu bairro, nas escolas, nos hospitais, nas obras públicas e, portanto, a atuação do cidadão através do controle social indubitavelmente é um braço do controle exercido pelos Tribunais de Contas. Ao lado do ensinamento e da aprendizagem sobre as contas públicas, questões relacionadas à ética e à moral compõem o quadro do debate, pois se o homem é "membro de um corpo jurídico, o homem é cidadão do mundo e, ao mesmo tempo, legislador de si mesmo, ou seja, um ser de liberdade e de possibilidade. [...]". O homem, ser social, "conhecido e objetivado de fora pra dentro, mas também de dentro para fora, na medida em que ele é capaz de arbítrio e da transformação de si mesmo" (SILVEIRA, 2011). A transformação incorre em conhecer, conhecer-se e conhecer o outro nele reconhecendo-se. O que este estudo visa é elaborar uma reflexão acerca da influência no pensamento ético democrático dos alunos contemplados pela ação do referido projeto no que concerne ao funcionamento do sistema de controle das Cortes de Contas /TCE-SE e o fortalecimento da cidadania através da transmissão de conhecimentos dos preceitos e garantias fundamentais da Carta Cidadã. O desenvolvimento da temática discorre sobre Propedêutica, Experiência, Democracia, Cidadania e Controle Social, a fim de que se proporcione uma reflexão, um debate e uma aprendizagem acerca da importância da propedêutica junto ao alunato da rede pública de ensino que intenciona construir conhecimentos sobre os mecanismos de controle social junto aos tribunais de contas que nada mais é do que o sagrado direito de cidadania, garantido pela CF, de ter acesso de modo transparente às formas como os gastos públicos são efetivados e de como os tribunais exercem uma ação controladora sobre os gastos públicos. Considerada a intenção do ensino e da aprendizagem é que se faz o exercício de imaginar essas ações a partir da atitude do pedagogo, daquele que adentra a criança e o jovem no universo do conhecimento das palavras, de seus sentidos e reflexos sobre o social. Inspira essa atitude a constatação de Moura (s/d, p. 4), ao afirmar que foi perseguindo "como as crianças aprendem sem serem ensinadas", que lhe foi possível observar o próprio "processo de aprender a ser professora de crianças". Isto é, observando o outro e suas reações. A mesma atitude imaginativa norteia o trabalho desenvolvido pelo Projeto *TCE Vai à Escola*, pois, independentemente de em que ano escolar se encontrem os alunos contemplados, eles são "crianças e

adolescentes” que precisam deter o conhecimento sobre como se processa o controle social das contas públicas no país. Neste sentido Charlot (2005, p. 71) afirma que “aprender é mudar e que não se pode aprender sem mudar”. Muito abrangente e longo é o conceito de experiência apresentado pelo dicionário de termos utilizados no sentido filosófico. Assim, tome-se de exemplo este parágrafo inicial da conceituação de *experiência*:

EXPERIÊNCIA—Dada a multiplicidade de sentidos do termo *experiência*, descreveremos vários sentidos capitais do vocábulo através da história da filosofia, sublinhando pelo menos um destes dois: a) a experiência como confirmação, ou possibilidade de confirmação empírica (e muitas vezes sensível) de dados, e b) a experiência como facto de viver algo dado anteriormente a qualquer reflexão ou predicação. Na filosofia platónica, a distinção entre o mundo sensível e o mundo inteligível equivale, em parte, à distinção entre experiência e razão. A experiência aparece como conhecimento daquilo que muda, como uma opinião mais do que como um conhecimento propriamente dito. Em Aristóteles, a experiência fica mais bem integrada dentro da estrutura do conhecimento. Para ele, a experiência surge da multiplicidade numérica de recordações; a persistência das próprias impressões é o tecido da experiência à base do qual se forma a noção, isto é, o universal. A experiência é, pois, a apreensão do singular; sem esta apreensão prévia, não haveria possibilidade de ciência. Além disso, só a experiência pode proporcionar os princípios pertencentes a cada ciência; devem observar-se, primeiro, os fenómenos e ver o que são para proceder, depois, a demonstrações. Mas a ciência propriamente dita só o é do universal, o particular constitui o *material* e os exemplos. Tal como Platão, Aristóteles destaca a importância da experiência na prática (MORA, 1978, p. 101).

O conceito de experiência se apresenta na obra de Foucault à semelhança de uma constelação à qual se interligam os jogos de verdade, as relações de poder e as formas de subjetividade às quais estes jogos dão lugar. Acontece de estes elementos serem veiculados através de dispositivos heterogêneos, a exemplo das proposições científicas, dos procedimentos administrativos, das estruturas arquitetônicas, etc. “que abarcam tanto o âmbito do dito como do não dito”, configurando uma “experiência histórica” singular, na qual o ser, isto é, o sujeito, “pensa a si próprio e se torna como objeto de

ação moral”. Essa relação de um sujeito que por si próprio pensa e se posiciona como objeto de ação moral, naquilo que Foucault chamou de “experiência trágica” do ser histórico e político é a mesma relação pensada em função dos objetivos do Projeto *TCE Vai à Escola*.

A verdade e a liberdade que Foucault parece praticar não possuem um conteúdo específico. A experiência trágica, capaz de colocar em questão os limites da experiência histórica e suspender os dispositivos no interior dos quais temos chegado a ser o que somos, não é uma experiência de algo, mas uma experiência da própria experiência. Uma experiência de nosso ser histórico e político, uma experiência da contingência da própria experiência de si (LÓPEZ, 2011, p. 12).

Utilizam-se estas reflexões nos campos da psicologia e da filosofia com o objetivo de demonstrar que o Projeto *TCE vai à Escola*, além de ser uma ação pedagógica, é uma experiência que tem sido desenvolvida com a aceitação e a aprovação dos envolvidos e de todo o contexto escolar contemplado, é uma experiência que tem produzido o debate e levantado questões, tanto entre os jovens estudantes quanto entre professores e corpo técnico-pedagógico das unidades cobertas pelo referido projeto.

Galantin (2012, p. 15) também focaliza a questão da experiência diante do projeto do pensamento foucaultiano, que “visa tensionar a linha, interrogando o possível ultrapassamento dos limites históricos que nos tornaram aquilo que somos, o humanismo apresentar-se-ia enquanto uma linha intransponível. Esse traço sufoca, constrange e inibe a experimentação, impondo “limites à etopoética ao impor regras universais às artes de existência”. O que o Projeto *TCE Vai à Escola* busca é a não imposição dessas generalidades, mas quebrar o sufocamento e oferecer espaços de liberdade e construção da personalidade.

Esse jovem, ou o jovem deste século, sente vontade de penetrar nas malhas da administração pública, que já estava enredada “antes de eu nascer”. Esse novo homem quer compreender com mais profundidade o mecanismo pelo qual se move a sociedade e a economia e, para tanto, é preciso que se construa o conhecimento, que se conduza uma ação pedagógica que privilegie a experiência que o conduzirá a assumir o seu papel nessa sociedade em que vive, tornando-se o “príncipe de sua pátria”, o principado civil descrito por Maquiavelli (1983, p. 55).

Em sentido geral, epistemologia é sinônimo de teoria do conhecimento. Especificamente quer dizer teoria do conhecimento científico ou filosofia da ciência. O objetivo da epistemologia é tratar da natureza, da origem e validade do conhecimento, além de estudar também o grau de certeza do

conhecimento científico.

Modernamente, a epistemologia questiona o valor realista da teoria científica e propõe um mecanismo formal (modelo) e conceptual das observações experimentais. A formação do espírito científico e a contribuição para uma psicanálise do conhecimento é foco do discurso da obra de Bachelard (1996).

A abordagem bachelardiana está centrada na perspectiva do obstáculo no desenvolvimento da experiência, o conhecimento geral como obstáculo ao conhecimento científico, etc. A abordagem se direciona no sentido de, primordialmente, “tornar geométrica a representação, isto é, delinear os fenômenos e ordenar em série os acontecimentos decisivos de uma experiência, eis a tarefa primordial em que se firma o espírito científico”.

Ao longo da elaboração deste artigo uma questão está a nortear a presente reflexão: Como todas essas ideias seriam ainda mais objetivamente aplicáveis ao Projeto *TCE Vai à Escola*?

Ensaando uma possível resposta, em primeiro lugar, essa ação que é desenvolvida nas escolas públicas pela equipe do TCE/ECOJAN, pode planejar estratégias que envolvam palestras, música, poesia, encenação, contação de histórias, pintura e outras artes. As atividades voltadas para as artes promoverão a aproximação/interação dos sujeitos educandos entre si e com os ministradores das aulas do mencionado projeto, além de promover debates e seminários.

O que seria democrático e progressivo é o centro das atenções dos estudos de Nogueira (1994). Logo na abertura do seu artigo, o estudioso envolve o leitor nas entrelinhas em que já se consegue depreender uma ideia, a de que governar não é um ato solitário, mas solidário, interativo. Assim como nas ideias de Ponty (2004), os sujeitos se aproximando e interagindo, digamos assim, com os atos governamentais. Assim mesmo como o afirma literalmente: “[...] certas vertentes dos estudos políticos tenderam a tratar a governabilidade como uma operação fechada, passível de ser pensada e resolvida sem maiores referências ao ambiente societal, aos movimentos da política e da economia” (p. 95). Seria algo pensado somente com a lógica administrativa, enfatizando mais a “eficiência democrática” do que as condições técnicas do exercício governamental. O que percebe Nogueira é a certeza de que sem que aconteça a ação política consciente, sem as vitórias eleitorais, sem a reforma das instituições, não há como obter resultados efetivos, não há como completar o círculo das percepções e nem como se alcançar um contexto participativo democrático, de Estado responsável e do que depende a “construção de consensos e da ativação de massas, pessoas e organizações sociais, estimuladas por um protagonismo embebido de uma espécie de equilíbrio dinâmico entre vontade e razão” (p. 24). Buscar sentidos cujas mínimas partículas se complementem, é o que este estudo se permite compreender e interpretar na direção do pensamento democrático para que os sujeitos venham a fazer leituras objetivas e também

subjetivas do real, lançando-se para além dessa realidade e construindo e reconstruindo mundos, como pretende o Projeto do TCE ao se locomover na direção da escola, do educando.

Tentando, gradativamente, democratizar conhecimentos sobre aspectos governamentais, o Projeto TCE vai à escola ensaia passos na direção da construção do conhecimento sobre a *res publica* e sobre como funciona o sistema de controle exercido pelos tribunais de contas, tendo em vista, especificamente, os gastos em função da educação.

O conhecimento só se torna útil se compartilhado social e cotidianamente, assim como nos trabalhos em grupo, o que foi difundido por DEWEY (2007). Para ele, a filosofia do pragmatismo (instrumentalismo), que ele abraçou com Charles Sanders Peirce e William James, seria a ideal por juntar conhecimento científico e a prática, ou seja, a utilidade das ideias. Acreditava o filósofo que a educação deveria estar centrada no desenvolvimento da capacidade de raciocínio e espírito crítico do aluno (Educação Progressiva) e no crescimento ininterrupto da vida enquanto se acumula experiência e se troca ideias, sentimentos e experiências cujos temas sejam as situações práticas do cotidiano. O professor deve, portanto, despertar a curiosidade dos alunos para que estes pensem e, pensando, encontrem respostas e formulem conceitos, sempre transformando os conhecimentos adquirido-construídos. As ideias de DEWEY (2007), convergem para o entendimento de que a sociedade democrática seria aquela na qual fossem habilitados “os indivíduos a continuar sua educação – ou que o objeto ou recompensa da aprendizagem é a capacidade de desenvolvimento constante” (DEWEY, 2007, p. 11).

Historicamente, as contas públicas supervisionadas pelos tribunais de contas eram conhecidas apenas na esfera do Poder, do Governo. Ricos e pobres, brancos ou negros estavam alijados e conformados com a negação desse direito de saber e de acompanhar como se gasta o patrimônio financeiro público com o qual, indistintamente, pouco ou muito, todos têm participação, isto é, todos contribuem com o pagamento de impostos.

Em virtude de determinadas situações cotidianas e diferenças sociais acachapantes, inúmeros movimentos sociais ao longo dessas décadas mais recentes passaram a reivindicar maior participação, mais direitos e mais cidadania, a exemplo da exigência de transparência e do exercício do dever civil de acompanhar a movimentação do tesouro da nação, desenvolvendo uma postura de cobrança e de controle social. A consciência cidadã tem sido ainda insuficientemente trabalhada para o despertar e, decorrente dessa democratização divulgadora dos atos governamentais, cresce, pois, a necessidade e a obrigação de uma ação mais incisiva sobre o alunato da rede pública de ensino, no sentido de tornar esses educandos mais partícipes e capazes de exercer a crítica e opinar ou denunciar a falta de decoro com os gastos do dinheiro entregue

pelo contribuinte aos cofres do país.

Convocando Foucault para o debate e a propósito do avanço da sociedade moderna, desenvolve-se a ideia de que, além do conhecer e do despertar, é preciso observar que esta “questão crítica tem que lidar diretamente com processos de governamentalidade cada vez mais complexos e racionais. Nesse momento, a crítica se torna uma crítica da própria razão e dos seus excessos nos processos de controle e gestão da sociedade (SEPE, 2013 p. 38)”.

O controle social no Brasil, desde os primórdios da Constituição Federal de 1988 (CF/88), inaugura uma fase de participação popular. Tem sido uma intensiva ação em torno de construir o conhecimento em geral, de desenvolver o senso crítico, de dar voz ao cidadão, de levar ao conhecimento dele como exatamente funciona o controle social, de contribuir pedagogicamente para o esclarecimento da consciência humana em direção aos espaços de felicidade, a felicidade do desvelamento de cenários jamais revelados.

Em sua *Pedagogia geral*, Herbart (1806) aborda a Pedagogia como a ciência que, para ele objetivava a Virtude e a ideia da liberdade no íntimo de cada indivíduo e que demonstraria “os fins da educação; a psicologia, o caminho, os meios e os obstáculos”. Refere-se à finalidade da educação, do governo que disciplina, analisa o processo e o fim particular da educação que é a multiplicidade/pluralidade de interesses e, inclusive propõe a formação do caráter e da moralidade.

O contexto político brasileiro da redemocratização nacional, das políticas e do aparelho do Estado influenciou o Sistema de Controle da Administração Pública e o controle social. Desta forma é que, a CF/88 e, em especial, no seu Art. 74,§ 2º, tornou-se um marco para o estudo do controle social no país. As vias desse dispositivo constitucional mantêm assegurado que “qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato” gozam de “legitimidade para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o controle externo da Administração”. Isto equivale a ter em mente que, desde o ano de 1988 inaugurou-se um “tempo novo, no qual o cidadão é inserido como ator, agente capaz de direitos e obrigações”. Em consequência, é possível afirmar que, na introdução, ainda que formalmente, “da accountability no país, pelo estabelecimento do caráter de responsabilização nos dois lados da relação Estado/Sociedade, bem como pela ambiência democrática instituída pela Carta de 1988” (SERRA e CARNEIRO, 2011, p. 2).

Os estudos de Serra e Carneiro (2011) chegaram à conclusão que o sistema de controle da Administração Pública se desenvolveu satisfatoriamente a partir da Carta Cidadã. Esta é responsável pela reestruturação do sistema criador de dispositivos que aperfeiçoaram o funcionamento dos controles interno e externo, além de compartilhar com a implantação do controle social, mantendo as ligações inerentes à atividade de controlar, contando com um aparato

que atende às exigências relativas ao nível de transparência da ação governamental exigido pelos cidadãos.

Atualmente, o aparato para as ações de controle dos gastos públicos se mostra mais eficiente e eficaz e diante do avanço das novas tecnologias que permitem, em tempo real, acompanhar toda e qualquer base de dados sobre os mais diversos itens do sistema governamental. As cortes de contas já estão aparelhadas para a movimentação das ações de controladoria, tanto interna quanto externa. Frise-se quanto ao aspecto da introdução da tecnologia, advém “uma riqueza inquestionável na precisão diagnóstica do corpo e dos processos orgânicos. Este é um fato incontestável” (TRIANA, 2004, p. 30).

Charlot (2005, p. 150) defende que é fundamental que os excluídos – pobres, minorias, comunidades indígenas e etc. – não sejam apenas beneficiários da educação, mas devem participar ativamente por meio do debate público na execução e no controle das políticas educativas. Não se duvida daquilo que se conhece. O Projeto TCE vai à escola comunga das ideias de Charlot (2000, p. 34) quando este defende que “estudar a relação com o saber é estudar esse sujeito enquanto confrontado com a necessidade de aprender e a presença de “saber” no mundo e tal sujeito não pode deixar de ser considerado ao estudar-se a educação, visto que é um ser social”.

Santos (2010, p. 90-91) preleciona que “o senso comum é conservador e pode legitimar prepotências, mas interpretado pelo conhecimento científico pode estar na origem de uma nova racionalidade” e ainda reforça que “o conhecimento científico pós-moderno só se realiza enquanto tal na medida em que se converte em senso comum”. Desta forma, quanto mais os servidores dos órgãos e poderes jurisdicionados estiverem munidos de saberes, se evitará desperdícios e mais eficiente será a máquina pública que aplicará de forma mais eficaz seus recursos em prol da sociedade.

A perspectiva em foco é a de que os frutos desta atuação por parte do TCE/SE serão colhidos a médio e longo prazo, junto aos estudantes, aprendendo com eles e ensinando-lhes, pois, conforme ensinava Comenius (2002, p. 15) “[...] ensinar a arte das artes é, portanto, tarefa árdua que requer o juízo atento não de um só homem, mas de muitos, porque ninguém pode ser tão atilado que não lhe escapem muitas coisas” (COMENIUS, p. 15). Tais constatações decorrem das avaliações positivas que foram colhidas ao longo das visitas às escolas beneficiadas pelo projeto e de testemunhos espontâneos de familiares dos estudantes durante e após as visitas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As escolas de contas nasceram como uma vertente pedagógica e preventiva de atuação dos

pretórios de contas, com o objetivo de aprimorar não apenas seus servidores, mas também aqueles funcionários lotados nos órgãos e poderes submetidos à fiscalização dos tribunais de contas, chamados de jurisdicionados para que deem maior qualidade à execução dos serviços públicos, com mais eficácia. Uma corte de contas produz conhecimento e não só se preocupa com o produto final que é o controle externo, a razão genuína de sua existência está insculpida nos artigos 70 a 75 da Constituição Federal de 1988. Procura assim, o Tribunal de Contas, evitar que boa parte da aplicação dos recursos públicos seja feita de má-fé, desvios e conluíus e a outra parcela restante não seja eivada de erros provenientes do não conhecimento da lei.

Portanto, o TCE/SE se volta para disseminar conhecimentos, de cunho preparatório, preventivo e pedagógico, evitando erros pelo desconhecimento de normas pelos jurisdicionados. Essa é a missão da Escola, esse é o seu trabalho, ensinar/transmitir saberes aos seus servidores, aos jurisdicionados, à sociedade e à comunidade escolar dos alunos da rede pública do ensino fundamentais e médio, visando difundir como se faz o controle social, ao alertar a sociedade do papel importante que exerce com vistas à boa aplicação do erário. Acredita-se que os frutos desta atuação nas escolas por parte do TCE/SE serão colhidos a médio e longo prazo, junto aos estudantes. Tal constatação decorre das avaliações positivas que foram colhidas ao longo das visitas *in loco* nas escolas e de testemunho espontâneo de familiares dos alunos após as visitas.

Assim, a propedêutica é um instrumento de grande valor, visto que prepara os jurisdicionados e principalmente os alunos do ensino fundamentais e médio, através do Projeto TCE Vai à Escola, para serem futuros parceiros dos órgãos de controle, especificamente quanto participação mais efetiva do alunato quanto as questões da Administração Pública. O pretório de contas se apoia na ideia de efetivar mudanças, através da experiência que é consequência da propedêutica aplicada pelo projeto.

Por fim, não se pretendeu abarcar a totalidade da temática, como dizia Guimarães Rosa por Riobaldo, o filósofo do Sertão: "existe homem humano: travessia". Nesse sentido é que se assenta o papel do TCE como aquele que faz a "travessia" entre o desconhecimento do cidadão para com a coisa pública e a sua inserção pelo conhecimento no controle das contas públicas. Daí a relevância das escolas de contas de preparar o indivíduo e, portanto, auxiliar os tribunais de contas, de forma transversa, didática e propedêutica, quanto ao controle externo, à construção e o fortalecimento da cidadania e da democracia. As escolas de contas, através do Projeto TCE Vai à Escola oxigenam o saber, mas um saber direcionado para a boa aplicação dos recursos públicos, o que jamais pode ser objeto de oxidação. A formação e transmissão de saberes é um dever, acima de tudo, pessoal e constitucional. E isto é inalienável.

**REFERÊNCIAS** BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico: contribuição para**

**uma psicanálise do conhecimento**, tradução Estela dos Santos Abreu – Rio de Janeiro: Contraponto 1996. CHARLOT, Bernard. **Da Relação com o saber: elementos para uma teoria**. Porto Alegre: Artmed, 2000. CHARLOT, Bernard. **Relação com o saber, Formação dos Professores e Globalização: Questões para a educação hoje**. Porto Alegre: Artmed, 2005. COMENIUS, 1592-1670. **Didática Magna**; aparelho crítico Marta Fattori; tradução Ivone Castilho Benedetti. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. DEWEY, John. **DEMOCRACIA E EDUCAÇÃO: capítulos essenciais**. Apresentação e comentários de Marcos Vinícius da Cunha. Tradução de Roberto Cavallari Filho. São Paulo: Ática, 2007. ESTAGIRA, Aristóteles de. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Abril, 1973. FERREIRA, Agripina Encarnación Alvarez. **Dicionário de imagens, símbolos, Mitos, termos e conceitos. Bachelardianos**. [livro eletrônico] Londrina: Eduel, 2013. Disponível em <[http://](http://www.uel.br/editora/portal/pages/livros-digitais-gratuitos.php)

www.

uel.br

/editora/portal/pages/livros-digitais-gratuitos.php

>

Acesso em: 17.out.14. FURTADO, Rita Márcia Magalhães. **A experiência estética como experiência formadora**. S/D. Disponível em <[http://](http://www.uninove.br/PDFs/Mestrados/Educa%C3%A7%C3%A3o/Eventos_parceria/SOFELP/30.pdf)

www.

uninove.br

/PDFs/Mestrados/Educa%C3%

A7%C3%

A3o/Eventos\_parceria/SOFELP/30.pdf

>

Acesso em: 13 out. 2014. GALANTIN, Daniel Verginelli. **Experiência e Política no pensamento de Michel Foucault**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Paraná – UFPR. 2012. Disponível em <[file:///C:/Users/TNIAM~1/AppData/Local/Temp/Rar\\$DIa0.895/experiencia%20](file:///C:/Users/TNIAM~1/AppData/Local/Temp/Rar$DIa0.895/experiencia%20foucault%203.pdf)

foucault%20

3.pdf

>

Acesso em: 19 out. 2014. HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Como o senso comum compreende a filosofia**. Tradução de Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Paz e Terra, 1995. HERBART, Johann Friedrich. **Pedagogia Geral**. Tradução de Ludwig Scheidl. Lisboa: Serviço de Educação e Bolsas/Fundação Calouste, 2003. Instituto Junguiano do Rio Grande do Sul (IJRGS). **Imaginação ativa e função inferior: uma relação de trabalho na clínica**. Disponível em <[http://](http://www.ijrs.org.br)

www.

ijrs.org.br

/?

secao=artigos&art=37>

Acesso em: 26 de outubro de 2014. JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de Filosofia**. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro 2001. Disponível em <file:///C:/Users/T%C3%A2niaM/Downloads/dicionario\_de\_filosofia\_japiassu%20

(1).pdf

>

Acesso em: 20 out. 14. KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. Trad. da 2ª edição de Valério Rohden e Udo Baldur Moosburger. São Paulo: Abril, 1991. LOCKE, John. **Ensaio acerca do Entendimento Humano**. Tradução Anoar Alex. São Paulo: Nova Cultural, 1988. LÓPEZ, Maximiliano Valerio. **O conceito de experiência em Michel Foucault**. Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v.19, n2, jul./dez. 2011. Disponível em <file:///C:/Users/TNIAM~1/AppData/Local/Temp/Rar\$DIa0.816/experiencia%20

em%20

foucault%20

1.pdf

>

Acesso em: 18 out. 2014. MAQUIAVELLI, Nicoló Di Bernardo Dei. **O Príncipe**. Tradução de Roberto Grassi. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. MERLEAU-PONTY, Maurice. **Conversas-1948**, tradução: Fabio Landa. Eva Landa. São Paulo : Martins Fontes, 2004. MONTAÑO, Sônia. **A mente humana e a evolução memética**. UNIMED, 2010, p. 1. Disponível em <http://

www.

unimedpoa.com

.br

/mkt/resumo\_fronteras\_081110.pdf

>

Acesso em: 13 out. 2014. MORA, José Ferrater. **Dicionário de Filosofia**. Texto preparado por Eduardo Garc A Belsunce e Ezequiel Olaso. Traduzido do espanhol por Antônio José Massano e Manuel Palmeirim Publicações Dom Quixote - Lisboa, 1978. Disponível em <file:///C:/Users/T%C3%A2niaM/Downloads/Jose-Ferrater-Mora-Dicionario-de-Filosofia.pdf

A2niaM/Downloads/Jose-Ferrater-Mora-Dicionario-de-Filosofia.pdf

>

Acesso em: 13 out. 2014. MOURA, Daniela Ruppenthal. **Docência artesã na educação infantil: um estudo dos fazeres docentes com crianças pequenas**. Grupo de pesquisa interdepartamental (Letras e Educação) da UNISC. S/D. NICOLAZZI, Fernando. **A narrativa da**

**experiência em Foucault e Thompson. Porto Alegre, 2004.** Disponível em  
<file:///C:/Users/TNIAM~1/AppData/Local/Temp/Rar\$DIa0.726/experiencia%20  
foucault%20  
4.pdf

>

Acesso em: 19 out. 2014. NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Para uma governabilidade democrática progressiva.** Disponível em  
file:///C:/Users/TNIAM~1/AppData/Local/Temp/Rar\$DIa0.397/Artigo\_Governabilidade%20  
e%20  
democracia%20  
progressiva\_NOGUEIRA,%20  
1995.pdf

>

Acesso em: 17 out. 2014. NOVELLI, Daniela Ruppenthal. **Docência artesã na educação infantil: um estudo dos fazeres docentes com crianças pequenas. Grupo de pesquisa interdepartamental (Letras e Educação) da UNISC.** (2001) Disponível em  
<file:///C:/Users/TNIAM~1/AppData/Local/Temp/Rar\$DIa0.544/Propede%CC%82utica%20  
em%20  
Hegel.pdf

>

Acesso em: 13 out. 2014. PLATÃO. **A República.** Tradução Ciro Mioranza. São Paulo: Escala Educacional, 2006. PROZ, Roxana. **El curso propedéutico: ¿puede influir en el rendimiento académico en el profesorado de inglés?** Universidad nacional de rosario facultad de humanidades y artes postítulo de profesorado de inglés, 2013. disponível em <http://  
cedoc.infed.edu.ar/upload/trabajo\_de\_investigacion.pdf

>

Acesso em: 17 out. 14. ROTTERDAM, Erasmo. **De pueris (Dos meninos).** Tradução, Introdução e Notas de Luiz Feracini. São Paulo: Editora Escala (s/d). ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da Educação.** Tradução e notas de Sérgio Milliet. 3 ed. São Paulo - Rio de Janeiro: DIFEL, 1979. SAMPAIO, Abrahão Antônio Braga. **Propedêutica à categoria do despertar histórico nas Passagens de Walter Benjamin.** Universidade federal do Ceará .Fortaleza – CE, 2010.  
Disponível em:  
file:///C:/Users/TNIAM~1/AppData/Local/Temp/Rar\$DIa0.612/Propede%CC%82utica%20  
em%20  
Benjamin.pdf

.  
Acesso em: 20 out. 2014. SANT'ANNA, Bruno Sanroman dos Reis. **Síntese do Ser na Sincronia do Devir: Tempo Descontínuo em Gaston Bachelard.**Ufp, 2012. Disponível em <file:///C:/Users/TNIAM~1/AppData/Local/Temp/Rar\$DIa0.796/Propede%CC%82utica%20em%20Bachelard\_3.pdf

>

Acesso em: 15 out. 14. SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências.** 7ed. São Paulo: Cortez, 2010. SEPE, Fernando. **Pensar para além-do-homem: críticaao humanismo em Michel Foucault.**Griot – Revista de Filosofia, Amargosa, Bahia – Brasil, v.8, n.2, dezembro/2013. Disponível em :www.ufrb.edu.br

/griot.

Acesso em: 14 out. 2014. SERRA, Rita de Cássia Chió e CARNEIRO Ricardo. **As interfaces entre o controle social e os controles externo e interno na administração pública brasileira.** Anais do XXXV Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro, 2011.

Disponível em:

http://

www.

anpad.org.br

/admin/pdf/APB1827.pdf

.  
Acesso em: 13 out. 2014. SILVA, Ilton Benoni da. DOMINGUÍN, Lucas. **Obstáculos a construção do espírito científico: reflexões sobre o livro didático.** V CINFE -Anais do Congresso Internacional de Filosofia e Educação. Caxias do Sul: Mai. 2010, p. 2). Disponível em :http://www.

ucs.br

/ucs/tplcinfe/eventos/cinfe/artigos/artigos/arquivos/eixo\_tematico10/OBSTACULOS%20A%20

CONSTRUCAO%20

DO%20

ESPIRITO%20

CIENTIFICO.pdf

.  
Acesso em: 20 out. 2014. SILVEIRA, Fillipa. **A questão da antropologia entre o empírico e o transcendental: Foucault sobre Kant.** Anais do VII Seminário de Pós-Graduação em Filosofia da

UFSCar (2011). Disponível em  
<file:///C:/Users/TNIAM~1/AppData/Local/Temp/Rar\$DIa0.344/Propede%CC%82utica%20  
em%20  
Foucault\_1.pdf

>

Acesso em: 10 out. 2014. SPENCER, Herbert. **Da Educação Intellectual, Moral e Physica**. Lisboa: Livraria Moderna, 1884. TRIANA, Amarylis Zaldúa. **Semiótica biomédica e seus limites: criando atalho entre o sutil e o evidente**. In revista Cultura Homeopática, 2004 out-dez, nº 9 v. 3 p. 28-38. Disponível em [http://](http://www.feg.unesp.br/~ojs/index.php/ijhdr/article/viewFile/124/120)

www.

feg.unesp.br

/~ojs/index.php

/ijhdr/article/viewFile/124/120.

Acesso em: 17 out. 2014. TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SERGIPE. PDI- Plano de Desenvolvimento Institucional. Aracaju: 2014.

\*Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Direito Público pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Direito Público pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Coordenadora da Escola de Contas Conselheiro José Amado do Nascimento (ECOJAN/TCE-SE). \*\*Especialista em Direito Tributário pela Universidade Tiradentes (UNIT). Advogado.

Recebido em: 02/02/2017

Aprovado em: 02/02/2017

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Metodo de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: